

## Uma biografia de lutas

---

*Lygia de Sousa Viégas*

*Juliana Breschigliari*

Ao contrário do que muitos ideólogos do neoliberalismo tentam nos fazer crer, não vivemos em um período de consenso. Em contexto de aparente discurso único, podemos localizar vozes dissonantes, que apontam para a busca da efetivação da igualdade social. Esse é caso de Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, 55 anos, um dos coordenadores do Movimento de Moradia do Centro – MMC, grupo popular organizado de sem-teto do centro da cidade de São Paulo.

Nascido no “Rancho do Povo”, pequeno sítio em Catolé do Rocha, sertão da Paraíba, Gegê é um dos sete filhos de um casal de trabalhadores rurais negros e empobrecidos. Embora sempre tenha estudado, teve que trabalhar desde criança: “É difícil filho de nordestino dizer que teve infância. Meu único de aniversário, quando eu tinha sete anos, foi uma enxada. Eu estava fazendo o primeiro ou segundo ano primário. Estudava de manhã e trabalhava de tarde”. Dessa época, também guarda memórias de uma maior liberdade, possível numa cidade pequena como a que nasceu: “Quando chovia, eu ia tomar banho nas poças de água, nos riachos. Eu saía de casa com a camisa branquinha e voltava marrom. Tanto que eu não tinha roupa branca, era tudo de cor”.

Gegê iniciou sua trajetória de militância ainda muito jovem. Sua “primeira ação política” foi junto à luta camponesa, em 1962, quando tinha 13 anos. Nesse período, participou da distribuição de um material que convocava os camponeses a se organizarem politicamente. Sua história de lutas intensificou-se no contexto da ditadura militar. Ainda jovem, participou do Movimento Estudantil e de algumas expropriações de terra. Desde então, participou de organizações que contribuíram com sua formação política: “Eu estava com 13 para 14 anos. Aí me deram aquele monte de livros para eu ler, Lênin, Marx... E cobravam as leituras”. Teve a juventude marcada por uma intensa militância, lembrada com riqueza de detalhes e emoção.

Em janeiro de 1969, quando tinha 19 anos, foi preso pela primeira vez. Os quase três meses de prisão, no entanto, não o desmotivaram: “Foi

um momento muito interessante, porque você sai da prisão, muita gente querendo falar contigo, querendo saber o que você fez. Aí, você, na cidade, vira duas coisas: o satanás para algumas pessoas, e, para outras, uma joia rara”.

A segunda prisão, no mês de setembro do mesmo ano, foi mais dura. Ela ocorreu na ocasião de um acampamento na Serra do Capiáçu, próximo da cidade, sob a acusação de que realizavam treinamento de guerrilha. Gegê lembra que, nesse momento da história do Brasil, muitos prisioneiros políticos foram torturados.

Ao sair do cárcere, Gegê sentiu muita dificuldade de ficar em Catolé do Rocha: “Foi um negócio terrível, uma fase muito difícil. Eu sair à noite com três, quatro meninos era razão para, no outro dia, eles serem reprimidos em casa e não mais falarem comigo. Chegou uma hora que eu não tinha mais o que fazer em Catolé”. Mudou-se, então, no início da década de 1970, para a capital do Estado – João Pessoa, afastando-se, por um período, das organizações políticas de esquerda, que estavam desarticuladas no contexto da ditadura militar. Nesse período, estudou e, devido à dificuldade financeira, passou a tocar e coordenar a banda de fanfarras e a participar como atleta da Escola Técnica Federal da Paraíba: “E eu procurando a esquerda, mas não conseguia encontrar ninguém. Como é que eu ia viver me escondendo atrás da banda, e depois atleta?”.

Tão logo “*reencontrou a esquerda*”, Gegê retornou à militância no movimento estudantil. Pouco depois, um turbilhão de acontecimentos invadiu e transformou sua vida: a prisão de uma colega em João Pessoa, que motivou uma manifestação estudantil, e a vinda, à escola que estudava, de um grupo da Polícia Federal do qual fazia parte um que policial que ele reconhecia. Ameaçado de uma terceira prisão, interrompeu os estudos e resolveu voltar para a cidade natal. Lá ficou pouco tempo, até ter notícia do assassinato de um militante que pertencia ao mesmo grupo político no qual Gegê militou: o PCBr. Essa situação foi o estopim da mudança para São Paulo, em março de 1974. Estava, então, com 24 anos.

Já em São Paulo, Gegê conheceu o inverno e estranhou a cidade, traduzida no que ele chama de “frieza das pessoas”: “Estava avisando que ia ser o dia mais frio. Você olhava nos termômetros, quatro graus, passando para três, dois... A gente enchia a cara de cachaca porque não tinha roupa de frio. Aí, enrolava os pés com jornal ou com papel do cimento, e enfiava os pés na bota de borracha. Era a única forma que a gente tinha de esquentar”. (...) “Um dia, eu estava indo para o ponto de ônibus, bem cedo, aí vi um corpo estirado no meio do caminho. E as pessoas pulavam

por cima, obrigatoriamente, para passar. Saí dali chocado. E fiquei com aquilo na minha cabeça: uma pessoa morta e não fiz nada”.

Iniciou, então, uma difícil empreitada em busca de emprego e de um grupo político. Gegê trabalhou na construção civil, em fábricas, em uma grande editora, no setor vidreiro e na categoria coureira, sempre se envolvendo com a luta pela melhoria nas condições do trabalho, o que fez dentro e fora dos sindicatos. Foi trabalhando em uma obra na Cidade Universitária (Universidade de São Paulo) que Gegê encontrou um Movimento Organizado que o acolheu: “uma célula de professores e estudantes universitários”, na qual militou até o final da década de 1970, saindo por divergências políticas. Ainda fez parte de outras organizações clandestinas de esquerda, “até perder as esperanças”. No início da década de 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central de Movimentos Populares (CMP).

Apesar do seu grande envolvimento com o universo da política governamental, e da cumplicidade com personagens da esquerda brasileira, Gegê declara não ter interesse em concorrer a cargos políticos: “Eu nunca emprestei o meu nome para essas coisas. Toda eleição eu digo: ‘eu sou candidato a não ser candidato a nada!’ Eu não vejo o parlamento como opção de vida. Não acredito que o parlamento seja a minha alternativa. Pode ser um espaço, uma forma da gente avançar, mas não é a alternativa para a mudança total. Acredito que a mudança total passará por outros caminhos”.

Mudou-se algumas vezes de cidade, em função do trabalho, da militância e da vida pessoal [o primeiro casamento, o desemprego, o nascimento do filho]. Chegou a morar em várias cidades do Rio de Janeiro, em Santa Catarina e mesmo a voltar para Catolé do Rocha por um ano para cuidar dos pais, que estavam com problemas de saúde. Fora essa visita, ficou longo período sem contato com os parentes: “Eu costumo dizer que não tenho família. Minha família são todos e todas que estão por aí. Essa família patriarcal, feita pelo sistema, eu não acredito nela. Essa pode ser parte da minha família, mas minha família é muito maior. É o povo sofredor que um dia sonha em fazer mudanças, ter um mundo diferente”.

Nessa trajetória, experimentou diversas formas de moradia, tanto na periferia quanto na região central: favela, cortiço, alojamentos de firmas onde trabalhou e pequenos apartamentos, nos quais morava sozinho ou dividia com colegas. Atualmente, mora com a companheira, Neuma Silva de Oliveira Cruz, em uma das unidades habitacionais conquistadas pelo

Movimento. Em muitas dessas moradas, Gegê organizava os moradores em empreitadas para melhorá-las.

É característica dele viver as dificuldades, aparentemente particulares, de forma coletiva: seja estudante, seja trabalhador, seja morador, havendo condições precárias, permanece a atitude militante. Para onde vai, procura construir uma forma digna de viver, articulando-se a seus pares.

Em 1987, aos 38 anos, passou a lutar, mais especificamente, pela questão da moradia digna voltada à população de baixa renda, priorizando o centro da cidade como espaço a ser ocupado, pela maior facilidade de acesso a equipamentos públicos: “Eu nunca gostei de morar na periferia”. Ingressou, enfim, no Movimento de Moradia do Centro (MMC), ligado à União de Movimentos de Moradia (UMM), que é filiada à Central de Movimentos Populares (CMP).

O MMC realiza uma série de ações políticas que incluem manifestações, passeatas e a organização de pessoas abandonadas pelo Governo para a realização de ocupações de prédios públicos do centro da cidade também abandonados. Além das ocupações, o MMC coordena dois prédios que foram conquistados como moradias definitivas pelo Movimento junto ao poder público, totalizando aproximadamente 500 unidades habitacionais, e realiza visitas de formação política a cortiços: “A composição de nossas assembleias já foi, na maioria, de ocupantes. Agora, esmagadamente, são não ocupantes. E cadastrando gente diariamente...”.

As ocupações e moradias ligadas ao MMC possuem organização política interna, com reuniões e assembleias locais. Também possuem regras específicas de funcionamento, estabelecidas coletivamente e amparadas num projeto de sociedade alternativo ao hegemônico: todos devem participar das assembleias; o respeito à mulher e à criança é privilegiado; situações de violência doméstica são severamente punidas; drogas, armas e bebidas alcoólicas são proibidas; todas as crianças devem estar na escola; o empenho em acolher as dificuldades dos ocupantes é presente e envolve não apenas a coordenação, mas também a base do Movimento.

A aparente rigidez de algumas regras ganha sentido se pensada como esforço de não confirmar os estereótipos negativos sobre as classes populares, em especial os sem-teto. Acostumados a comparecerem no imaginário social e muitas vezes na mídia como baderneiros, invasores, sujos, violentos, tentam fazer frente ao preconceito que sofrem adotando medidas restritivas a situações que possam confirmar a deturpação de sua imagem, como as ocorrências de violência doméstica e de alcoolismo.

Outro tema marcante no depoimento de Gegê é a violência, da qual foi vítima desde a infância. Num contexto de relações sociais desiguais, reconhece que a violência está sempre presente em situações que envolvem o que ele chama de “luta de classes”: “Eu não defendo política de porrada, mas também não vou defender que você leve um tapa do lado esquerdo e, eternamente, vire o outro lado para ficar inchado igual. Não sou masoquista. Isso para mim é uma expressão completamente alienada e nós temos que mudar isso! Eu não acredito nessa questão de ‘vire a outra face’”.

Gegê expõe alguns conflitos vivenciados internamente no MMC, bem como na relação entre os grupos organizados, oferecendo um contraponto à visão idealizada dos movimentos sociais. Trata-se de um movimento popular que, como instituição social, ao mesmo tempo em que reproduz, rompe com alguns modos de funcionar da sociedade, produzindo fissuras e colocando-a em xeque.

A entrevista com Gegê, realizada em novembro e dezembro de 2002 na ocupação da Rua do Ouvidor, somou doze horas de gravação, em quatro encontros. Quase não precisamos fazer perguntas, uma vez que Gegê falou livremente, com tintas épicas, sobre sua história de vida e suas concepções políticas. O material aqui apresentado, portanto, é um recorte do conjunto do depoimento, focalizando a política pública em habitação e as formas de viver. Foi grande o envolvimento dele, não apenas no momento da entrevista, mas também no processo de edição.

Gegê mostrou-se profundo conhecedor dos programas governamentais de habitação, bem como de outras questões ligadas aos direitos sociais, tais como saúde, educação, trabalho, orçamento participativo etc. Compondo um rico painel da área habitacional, ele denuncia tanto a ausência quanto as formas da presença do Estado no momento atual do capitalismo na sociedade brasileira. Assim, diferentemente das outras entrevistas voltadas para a questão habitacional, que focalizaram pessoas que vivem individualmente a miserável situação de depender de políticas habitacionais, essa foi uma entrevista com um agente político de um movimento urbano, que, na sua trajetória, procurou fazer resistência à ordem estabelecida pela macropolítica nacional e internacional, fazendo de sua vida uma batalha não apenas por moradia digna, mas pela dignidade humana.

## Entrevista com um militante do Movimento Popular por Moradia

---

*“Não foi uma vitória, mas foi uma conquista”*

Gegê – Quando eu trabalhava na construção civil, fui morar numa favela da Vila Olímpia, bairro de classe média de São Paulo, e logo percebi que não tinha organização. O povo ficava um pouco... Um pouco não, ficava muito ao léu. Em muitos dias, faltava água, em outros dias faltava luz, o esgoto a céu aberto; na verdade, a infraestrutura era precaríssima. Esgoto, principalmente. Na época do calor, ninguém conseguia viver lá, um mau cheiro horroroso. Eu percebi que não dava para continuar morando daquele jeito e passei a conversar com algumas pessoas, mas tinha o problema de um grupo de marginais que morava lá e era forte. Eles tinham um poder muito grande sobre as famílias, de dizer o que elas tinham que fazer. E nós, morando dentro da favela, tivemos que mudar o ritmo de vida. Ou o nosso ou o deles. E aí veio a questão... A gente mudou o ritmo da favela. Nos finais de semana, começamos a fazer reuniões. E aí, os bandidos já vieram para cima. Pra eles, foi uma novidade, porque deve ter sido a primeira vez que encontraram alguém que disse o que ia fazer na favela. Era uma favela pequena, mas muito densa. E como a gente era um grupo de cento e poucos homens, eles, que eram de dez a quinze, ficaram meio balançados. Daí começou minha caminhada por moradia. Na favela. Porque não tinha expectativa de continuar morando na favela, mas tinha comigo que não dava pra morar daquele jeito...

– *Você foi morar na favela por quê?*

Gegê – Eu fui morar lá porque fui trabalhar numa firma. Quando cheguei em São Paulo, fui morar com uns parentes na 3ª Divisão<sup>1</sup>, muito longe e um lugar muito perigoso. E aí, vivia viajando muito pela firma, mudando de lugar em lugar, não existia razão para ter uma casa fixa, pagando aluguel alto, sem usar. Eu também cheguei a ajudar no aluguel de um apartamento com um dos meus colegas na Avenida Paulista, mas não tinha responsabilidade; se eu ia lá, ajudava, se não ia... Quando eu saí da firma, fui morar em cortiço, na Lapa. Mas morei lá seis meses, no máximo. Aí fui morar num apartamento na Amaral Gurgel. Na “boca do luxo”, como dizia o povo. Era uma barra pesada danada! Tinha dia que não dormia direito. Sexta, sábado e domingo, para mim, era uma tristeza, porque não dava

---

<sup>1</sup> Bairro periférico, bastante distante da região central, quase fora da cidade de São Paulo, situado na zona leste.

para ficar em casa com a festividade do pessoal a noite toda. Era difícil passar uma noite sem assistir, pelo menos, 15 brigas. Nesse período, fiquei afastado da luta por moradia.

Aí, morei num cortiço na Avenida do Estado com a João Teodoro. O cortiço tinha de tudo. Homossexual, travesti, mulher prostituta, lésbica, drogueiro, drogado... Eu era muito respeitado lá dentro. Sempre, onde eu morei, não me impus, mas consegui ter esse respeito. Aí, nós fizemos uma batalha ferrenha por conta dos valores da água, luz e IPTU, que eram muito altos. O intermediário ou o dono do cortiço cobravam o que queriam de água e luz, quer dizer... Às vezes até mais alto que o pagamento de aluguel. O meu aluguel era no valor de 150 mil cruzeiros. E tinha mês que pagava 175 mil de água, luz e IPTU, ou seja, pagava 325 mil no total.

Quando a Luiza Erundina assumiu a Prefeitura de São Paulo, nós fizemos uma luta grande. Além do nosso pessoal do Centro, tinha várias outras pequenas lutas: Luz, Pari, Canindé, Ponte Pequena, Bom Retiro, Armênia, um pouco da Liberdade<sup>2</sup>, e catadores de papelão. A gente criou nove pequenos grupos que se reuniam duas vezes por mês no bairro, e a cada três meses, em assembleia geral. E o movimento começou a ter a perspectiva de trilhar um caminho próprio, que era lutar pra que as altas taxas sociais [água, luz e IPTU] baixassem. A gente punha um cartaz nos cortiços e dizia quais os direitos, deveres, obrigações dos caras, de entregar a conta de luz ou tirar uma cópia e afixar na parede para os moradores lerem. Foi uma conquista. Não foi uma vitória, mas foi uma conquista... Para vocês terem uma ideia, a diferença foi assim: estava pagando 175 mil cruzeiros num mês, no outro mês, paguei 7500.

Mas como vieram as taxas sociais baixas, os caras começaram a abusar no aluguel. O aluguel que, aparentemente, estava baixo, 150 mil, logo de cara foi para 700, 800 mil. Quer dizer, poucas pessoas tinham condições de pagar. Com esse aumento dos aluguéis, nós começamos a perceber a importância de lutar por moradia própria. Aí, já vieram as conversas mais aprofundadas com o Governo da Luiza Erundina. Tivemos sérias brigas, porque, já naquela época, defendíamos a reforma de prédios. Eles diziam que era impossível, a gente dizia que era possível e mostrava, porque quando a gente mora em cortiço, faz melhorias, mesmo sem ter autorização do dono. Essa foi uma guerra...

Para que acontecesse a compra dos primeiros cortiços, na Madre de Deus e na Celso Garcia<sup>3</sup>, nós fomos obrigados a ocupar a Secretaria de

<sup>2</sup> Bairros da cidade de São Paulo, alguns próximos à região central.

<sup>3</sup> Ruas do Centro da cidade de São Paulo.

Habitação, o que, para muita gente, foi um descalabro! Depois a Erundina falou: “Está certo, vocês têm que fazer, é a luta de vocês, não pode parar, a luta é isso mesmo”. E só com a ocupação é que foram compradas essas duas áreas, sendo que a Celso Garcia até hoje não terminou a obra, porque a administração se perdeu. Veio o Governo Maluf, Celso Pitta, pararam todas as obras... As pessoas perderam o equilíbrio emocional do que queriam e do que não queriam, e isso prejudica. Uma obra que era pra terminar em dois anos, no máximo, vai fazendo na base do conta-gotas...

Terminou o Governo da Erundina com umas áreas compradas e várias com Decreto de Interesse Social. O Maluf, ao final do seu Governo, devolveu as principais áreas da região central para os antigos proprietários. E já tinha uma parte do dinheiro público... No início do Governo Maluf, no dia primeiro de Abril, fizemos um ato, e depois um acampamento de três dias em frente à Prefeitura... Não era só o MMC, foi a União dos Movimentos de Moradia. O pessoal mais à esquerda propôs continuar no acampamento. E perdemos... Aí saímos, cada um para suas casas, e ficamos quatro anos sem nada... Só com pequenas lutas...

– *Houve uma desestabilização do movimento nesse período?*

Gegê – Desestabilizou as organizações do movimento. Mais lá atrás, a gente tinha criado a Unificação de Lutas dos Cortiços – ULC. A ULC foi criada no dia 15 de junho de 1991, um sábado à tarde, na Rua do Carmo. Lá tem um imóvel que foi comprado pela Prefeitura para reformar e o pessoal morar. Também foi comprada, no Governo da Luiza, a Vilinha 25 de Janeiro, e a Prefeitura vai retomar a obra. Já puseram até placa.

Fui coordenador político da ULC por dois mandatos de dois anos cada. No final do segundo mandato, as coisas estavam muito ruins politicamente. Nós, do Movimento de Moradia do Centro, defendíamos a luta mais avançada, como a ocupação da CDHU<sup>4</sup>, fazer atos de massa na Secretaria de Habitação do Estado, mas nada disso aconteceu. Eu defendi que a gente saísse da ULC. Fizemos uma assembleia e nos desfilamos da ULC. A partir daí, o Movimento de Moradia do Centro passou a ser mais conhecido e caminhar com suas próprias pernas.

– *Isso foi quando?*

Gegê – Em agosto de 1997. Nós fizemos uma grande ocupação com a ULC. Foi a ocupação de um imóvel da Secretaria da Fazenda na Rua do Carmo, esquina com a Rua das Flores.

---

<sup>4</sup> Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.



## A ocupação na rua do Carmo

*“Aquele filão imenso...”*

Gegê – 1.150 pessoas se concentraram numa escola de freiras... E esperando chegar mais gente... As freiras do colégio viram aquela montoeira de gente e perguntaram o que era aquilo, aí um companheiro falou que ia ser ocupação. As freiras expulsaram a gente de lá na hora. Mil e tantas pessoas. Nem deixaram o pessoal do último ônibus entrar... Devia ser umas 11 horas da noite, saímos... Aquela filão imenso... Quando chegamos ao local do prédio que estávamos ocupando, ainda tinha gente no colégio, aquela filão imenso... E aí, metemos o pé-de-cabra e entramos. O pessoal foi entrando e chegando, e entra, e entra, e entra... Ficamos 53 dias nessa ocupação.

Um dia, eles decidiram despejar a gente. A Polícia Militar montou um aparato muito pesado e nós chamamos toda a imprensa de São Paulo. Qualquer veículo de imprensa de São Paulo, que você imaginasse, tinha ali. ... E aí, sai, não sai, entra, não entra...

O Governo fez uma proposta de um local no Brás, o pessoal foi ver e era um albergue. Aí o major falou: “Não tem jeito. Para lá eu não vou dar cobertura para tirar”. E os caminhões de mudança todos parados...

Tiramos uma comissão para conversar com o juiz e mostrar que a gente tinha boa vontade, mas o que eles estavam oferecendo não tinha condições. Tocou o meu celular, era o juiz: “Seu Gegê, eu queria que o senhor viesse até aqui... Pode pegar o carro da polícia”. Eu falei: “Não senhor! Não vou de carro de polícia”. E fui de táxi. Cheguei e o juiz perguntou: “Qual é a ideia?” – “A ideia é a gente não ver aquelas famílias irem para a rua, morar de baixo da ponte. Se o senhor, enquanto autoridade, não está vendo que, a cada dia que passa, aumenta o número de pessoas debaixo das pontes, eu, enquanto ser humano, estou”. E ele respondeu: “Você tem razão. É muita gente perambulando pelas ruas da cidade... Se o Governo oferecer um local, mesmo que não seja na região central, vocês aceitam?”. “Não basta só eu aceitar. A minha ideia não é a que prevalece”. “Certo. Vamos fazer o seguinte: vou ligar para o governador Mário Covas e dizer que só tiro as famílias de lá se ele oferecer uma alternativa. Você desce e fica junto com o povo”.

Meia hora depois, toca o celular, era o juiz: “Tem um colégio na Vila Talarico que o governador disse que dá pra ficar uns dias, provisoriamente, até que ele criasse condições dessas famílias irem pra outro local.

Tudo bem?”. “Tudo bem, agora, eu tenho que conversar com a coordenação, e fazer assembleia, pra poder, definitivamente, dizer ao senhor o que é. Tudo bem?” Ele falou: “Mas eu quero que saia hoje”. Eu falei: “Você queria, de manhã, que saísse hoje, doutor. Já são 14 horas, nós temos que destacar uma equipe para ir lá, ver a área, porque de repente a gente chega lá e não tem a menor condição de nos alojarmos, daí temos que voltar a pé para o Centro da cidade e vai criar mais problema... E aí é o seu nome que vai ter que responder por isso tudo...” Ele falou: “Não tinha pensado nisso, mas você tem razão”. Então, tiramos uma equipe que foi ver o local... Voltaram, era quase 16 horas. E aí teve uma reunião da coordenação, todos decidimos defender, na Assembleia, a retirada, mas só no outro dia cedo. A assembleia lotada, quinhentas e tantas pessoas dentro do prédio. Passou a proposta por unanimidade... Nem os que defenderam contra votaram na proposta de não sair... Teve família que já pegou as coisas, jogou em cima do caminhão e foi à noite mesmo, para a Vila Talarico. No outro dia cedo, a gente levou todas as famílias pra lá, sem Polícia Militar, sem oficial de justiça, sem nada...

E aí, no final de 1997, a gente estava fora da ULC. Uma hora, a gente falava enquanto ULC, outra hora falava enquanto Movimento de Moradia do Centro. E daí, decidimos fazer outra ocupação, porque o governador disse que em cinco dias resolvia o problema do pessoal da Rua do Carmo. ... Agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, e nada!

## **A ocupação na rua do Ouvidor**

*“E nós estamos lá até hoje”*

Gegê – Fizemos outra ocupação em um prédio público: a Secretaria de Cultura do Governo do Estado. Aí, eu e outros dois companheiros ficamos responsáveis pela escolha do prédio a ser ocupado. Eu já tinha visto o prédio da Rua do Ouvidor muito antes da gente ocupar o imóvel da Rua do Carmo.

A concentração geral da ocupação da Rua do Ouvidor foi na Igreja de São Francisco. Nós chegamos no prédio, uma companheira falou: “Mas Gegê, você é louco, tem um cara aí dentro”. “Não tem problema. A gente ocupa com o cara dentro mesmo”.

À noite, várias concentrações se dirigiram para a Igreja de São Francisco, e eu fiquei na concentração da Ponte Pequena, e vim com o último pessoal. Viemos de metrô, porque a gente não alugou ônibus. Umas

40, 50 pessoas... Fizemos um ato e saímos pra ocupação do prédio. O pessoal, inclusive a coordenação, muito apreensivo: “Não vai dar certo...” Então, dobramos a esquina da rua do prédio, aquele monte de gente e eu na frente. Aí eu vi o vigia do prédio no começo da passarela tomando cachacha: “Pessoal, é aqui”... Pé-de-cabra, chave de fenda.

Quando estava terminando de abrir, o segurança do prédio chegou: “O que é isso?” E partiu pra cima de mim. Eu sei que o pessoal catou ele pelo meio... Eu falei: “Não machuca que ele é trabalhador... Isso é uma ocupação”. “Mas aqui é meu!” – “É seu? Aqui é um prédio público do Governo do Estado e nós vamos ocupar!” – “Não vão, só se passarem por cima de mim”. Aí, o pessoal, umas 650 pessoas, afastou ele pra trás e levantava... E ele tentando me acertar com os pés... Seguraram ele um pouco, o pessoal terminou de entrar, e ele valente que só a peste. Soltaram, ele ficou ameaçando, e eu disse: “Vou te orientar. Pegue um cartão telefônico, vá ao telefone da esquina, ligue pra firma onde você trabalha e diga que o prédio que você estava vigiando foi ocupado!”

Meia hora depois, chegou a polícia e em dez, quinze minutos, chegaram os caras da firma, que nem desceram, ficaram na esquina conversando com a polícia. Aí fui conversar com a polícia, que me falou: “Aqui eu não posso fazer nada. Vou embora”. E nós estamos lá até hoje. No dia 12 de dezembro de 2002 fez cinco anos que estamos no prédio da rua do Ouvidor. Teve até uma festa... É uma forma de ganhar força no movimento. Uma data como essa é pra comemorar junto com as famílias. Algumas ainda são oriundas do dia da ocupação, outras não. É contando o que houve pra outras pessoas que elas podem chegar, entrar e ter onde morar.

Inclusive, quando nós decidimos que bêbados, armas e drogas não entravam no prédio, não foi algo assim: “a coordenação disse e acabou-se”. Tudo o que nós fizemos durante esses cinco anos passou pelas assembleias. Nos primeiros 12 meses, o pessoal não cozinhava nos seus espaços físicos: era cozinha coletiva. E eu posso dizer para vocês que quando a cozinha passou a ser individual, teve uma mudança. O coletivo diminuiu muito... E de lá pra cá, a tendência foi só piorar... Essa questão da coletividade foi muito importante para a gente estar lá até hoje.

Um belo dia, chegou uma moça, bateu na porta. O porteiro olhou pela janelinha: “O que foi?”. Ela falou: “O que foi, não! A senhora, me trate assim: a senhora! Eu quero falar com um tal de Luiz Gonzaga. Eu sou Oficial de Justiça, vim tirar vocês daqui”. O porteiro subiu, me disse e eu

falei: “Tudo bem... Fala pra ela que vou terminar de tomar café”. “A mulher está brava, meu!” – “Não tem problema. Eu estou tomando café e já vou”. Quando desci, atendi do lado de fora. “Abre que eu vou entrar. Sou Oficial de Justiça, está aqui o mandado de despejo”. Eu falei: “Você veio comunicar, e não despejar... Do comunicar que tem mandado de despejo para o despejo tem uma distância muito grande”. “É, mas quem é você pra me dizer o que eu devo fazer?” – “Eu sou um dos responsáveis por esse prédio”. E ela: “Eu posso chamar a polícia e entrar”. Eu falei: “Faça! Você por acaso já fez algum despejo na sua vida?”. “Uns tantos”. – “Você já pisou em sangue alguma vez?” – “Não” – “Então, se prepare...” Ela falou: “A polícia está aí pra isso mesmo”. Eu falei: “Pois é, mas vai pisar dos dois lados. Vai pisar em sangue de trabalhador e em sangue de policial, de gente do Governo. Quer ver o que estou dizendo? Entra”.

Aí, ela entrou, eu subi bem rápido, direto para o 11º andar, sem parar... E ela corria e parava... “Vamos embora... Eu tenho pressa, tenho um negócio pra fazer daqui a pouco”. E ela desesperada! Chegamos no 11º andar, falei: “Daqui para baixo, está tudo ocupado. Daqui pra cima tem um cara que é zelador”. A gente tinha feito assembleia no final de semana, e isso era uma segunda-feira... Tinham pessoas lá, eu falei: “Pessoal... Se vier despejo aqui, nós vamos pra onde?” Aí, uma mulher: “Daqui, só para o cemitério...” A Oficial olhou pra mim, olhou pra mulher: “Chega, está bom”. Descemos pra outro andar, uma senhora: “Se vier um despejo aqui, nós vamos nadar em sangue...” A Oficial perguntou: “Essas pessoas são orientadas pra falar isso?” Eu falei: “Não, você escolhe. A próxima pessoa que você encontrar...” Chegamos no sétimo andar, ia subindo um cara: “Se vier um despejo, o senhor pretende ir pra onde?”. “Para o cemitério”. Deu as costas e foi subindo... Chegou na portaria, ela falou: “Está meio difícil, né?”. “Não está difícil, não. É só você falar para o juiz falar para o Governo do Estado arrumar um lugar pra pôr esse pessoal que a gente sai numa boa. Não precisa nem você estar junto”.

Aí, ela fez o relatoriozinho dela, a advogada do Movimento foi olhar: tinha muitas famílias, estava muito organizado, o povo não saía por nada e era importante o juiz negociar com o Governo do Estado pra arrumar um espaço bom pra pôr as famílias. O juiz já tinha se posicionado que não ia despejar, era problema do Estado.

Um belo dia, outra coordenadora ligou pra mim: “Tem um major da Polícia Militar que quer entrar no prédio”. “Está com ordem de despejo?” – “Não” – “Então, deixa do lado de fora”. Chovendo... Choveu a tarde inteirinha e o major lá fora... Cheguei à noite, fui conversar com ele

na chuva... Ele: “Vamos entrar”. Eu disse: “Não. Vamos conversar aqui mesmo! Aí dentro não entra polícia!” – “E por quê?” – “Porque não entra polícia, assim como não entra droga, arma e bebida alcoólica!”

Conversa vai, conversa vem, eu falei: “Pode entrar até aqui embaixo”. Aí, ele foi subindo, eu disse: “Não! Daqui pra baixo”. “Não, mas eu quero ver...” – “Não! Você quer montar a sua estratégia de como entrar no dia do despejo. Mas você não vai! Daqui para frente, você não dá mais um passo!” Cheio de gente! Abafado, aquele calorão danado... “No dia 26 de abril de 1998, vamos tirar vocês daqui!” – “Vocês arrumam um lugar pra gente ir que está tudo bem. Se vocês criarem condições, nós vamos sair daqui...”

Eu sei que esse major veio mais umas duas vezes aqui. Um cara até bom de dialogar, sensível, passível de compreender a nossa situação. E ele dizia: “Eu vou tirar vocês pra pôr onde? Eu não tenho o que fazer, eu não posso fazer isso... Veja se vocês conversam com o Estado, se vocês arrumam outro canto”. Chegou o dia do despejo e não nos despejaram. Eu sei que completou cinco anos que estamos na rua do Ouvidor, ocupando o prédio da Secretaria de Cultura do Estado...<sup>5</sup>

### **A ocupação na rua Floriano Peixoto**

*“Por conta dessa ocupação, as primeiras famílias do MMC foram morar com dignidade”*

Gegê – No dia 27 de setembro de 1998, nós ocupamos o prédio da Caixa Econômica Federal, na rua Floriano Peixoto, esquina com a rua Roberto Simonsen... Por conta dessa ocupação, as primeiras famílias do Movimento de Moradia do Centro foram morar com dignidade, entre aspas, na rua Fernão Sales, 24.

Quando ocupamos, eles tentaram despejar a gente. Apareceram duas oficiais de justiça e um advogado da Caixa Econômica, que nos disse: “Qual é o objetivo de vocês?”. “O objetivo é morar aí. O Governo não abandona mesmo?” – “Mas isso é da Caixa Econômica”. – “Não tem problema, a Caixa Econômica é do Governo! E nós não vamos sair!” As oficiais de justiça iam endurecer, mas o advogado: “Não é bem assim, doutoras. Vamos conversar direito com o povo. Afinal de contas, eles são seres humanos como nós. E não têm culpa se não têm onde morar”. E as oficiais de justiça começaram a ameaçar... Eu disse: “Se vocês estão achando que vão

<sup>5</sup> Cabe relatar que a ocupação da rua do Ouvidor foi despejada a partir de maio de 2005, com a promessa de ingresso de seus moradores em programas habitacionais públicos.

tirar, chamem a polícia! Tem celular, orelhão, liguem! E eu vou buscar reforço”. Aí, liguei na rua do Ouvidor, liguei pra nossa advogada, já encheu de gente, aí elas ficaram assustadas...

E aí, a gente ficou lá até sair a negociação do prédio da Fernão Sales. Não é a alternativa que nós avaliamos como melhor, mas é uma perspectiva pra quem tem uma renda em torno de quatro a seis salários mínimos... Pode perguntar para as famílias que moram lá hoje: “Vocês querem voltar pra ocupação ou para um cortiço?” Elas vão dizer: jamais!

### **A ocupação na rua Líbero Badaró**

*“E a gente resistindo, resistindo, resistindo...”*

Gegê – No dia 13 de agosto de 1999, nós ocupamos o prédio do Banco Nacional na rua Líbero Badaró, número 89, foi um marco para o MMC, um marco de resistência.

– *Por quê?*

Gegê – No dia da ocupação... Pela primeira vez, a gente teve enfrentamento com a polícia. Tinha um aspirante da Polícia Militar que estava estudando pra ser tenente, ele ficou muito bravo quando nós ocupamos o prédio da Caixa Econômica. Ele queria, a qualquer custo, nos despejar de lá, e nós fomos obrigados a resistir até a vitória. Ele mandava: “Vai descer todo mundo!” Ele encostando uma arma na minha cabeça... E eu encostei uma chave de fenda na barriga dele e falei: “Olha, pessoal, aqui quem manda somos nós, não é nenhum homem fardado. Senta todo mundo!” E logo estava todo mundo sentado naquele chão imundo. E ele com arma na minha cabeça, um cara com arma do outro lado: “Você não vai mandar o pessoal descer?” Eu falei: “Problema seu! Dispara!” Aí, o aspirante a tenente falou: “Vamos descer pra conversar!” Eu falei: “Descemos eu e você, o seu povo desce e o meu povo fica”. Aí descemos... Na rua, ele falou: “Pô, bicho, você vai me desmoralizar desse jeito!” Daí: “Não sai?”. “Não saio”... E ele com a arma e um saco de bomba de gás lacrimogêneo.

Na ocupação da Líbero Badaró, ele já chegou irado, jogando bomba dentro do prédio: “É o pessoal do Gegê, então vou massacrar”. Enquanto isso, estava quase todo mundo da coordenação na delegacia, porque eu fui obrigado a ir para o 1º DP e o pessoal da coordenação saiu correndo atrás pensando que eu estava indo preso, em vez de terem ficado ajudando na organização...

Chegamos lá, o delegado falou: “Esse negócio de invasão de prédio não é comigo”. Catei o celular e liguei para o deputado estadual e advogado Paulo Teixeira, que disse: “Deixa eu falar com o delegado”. Aí, não sei o que eles falaram: “Não, Paulo, tudo bem, eu vou mandar eles embora! Fica tranquilo!” Aí, me deu o celular, o Paulo falou: “Ele vai te mandar embora”. Eu falei: “Tudo bem, Paulinho. Mas só uma coisa: eu não vim parar aqui a pé, eu vim de carro”. Quando o delegado falou: “Pode ir embora”, eu falei: “Não, doutor. Quem me trouxe tem que me levar de volta”. Aí, eu entrei no banco traseiro do carro da polícia, abri um jornal e fiquei lendo, no escuro... Só para fazer raiva... Pararam na porta do prédio ocupado, foi uma festa danada que o pessoal fez. Os policiais ficaram muito enfurecidos! Aí, a essa altura, nossa advogada, Dra. Michael, já estava lá... Sempre, nas horas mais difíceis, ela chega! É uma grande mulher!

Eu sei que nós ficamos até o dia 27 de janeiro de 2000 no prédio, quando fomos despejados. Nesse dia, quem passasse na rua Líbero Badaró achava que estava havendo o começo de uma guerra! Todo tipo de Polícia estava lá. Tinha corpo de bombeiro, ROTA, Ronda, tudo! Cachorro, cavalaria, tudo de prontidão, loucos para nos despejar...

No dia 26, nós havíamos feito uma assembleia à noite, se saía ou não no outro dia cedo. O pessoal decidiu não sair. Nós já tínhamos preparado, uns 15 dias antes, uma baita barricada. Quando foi dia 27, 6h, enchemos de madeira, de tudo. A gente tinha achado uma porta de cofre de banco, grossa... Pra trazer aquela porta foram oito homens. Pusemos ela de pé, equilibrada pra segurar o impacto de bala, do que viesse... E escoramos: madeira, madeira, madeira! Do pé da porta até o primeiro andar! Não tinha como os caras entrarem!

Quando deu 7h, que começaram as negociações, empurra-empurra lá embaixo, nós lá em cima, olhando das janelas... Umas 8h30, chegou o Paulo Teixeira, o padre Vidal, oficiais de justiça... “Não tem jeito de abrir a porta para subir?” – “Não!”

A gente tinha combinado com a outra parte da coordenação que estava lá fora: se precisasse, eles punham uma escada, a gente descia outra, ficava uma na altura da outra, daí as pessoas passavam de uma escada pra outra... Mas era só pra nós... Aí subiu o padre Vidal, o Paulo Teixeira, o Raimundo Bonfim, um cara da Vara da Família, da Criança e Adolescente, e duas jornalistas também... Aí, o capitão que estava lá... Esse, eu acho que me odeia... Ele vai pras ocupações de outros movimentos e diz para os policiais: “Se o Gegê aparecer, é pra prender!” E aí, nesse dia, ele deu

uma cotovelada no coordenador que estava com a escada e tentou subir. Quando ele chegou no meio da escada de baixo, nós subimos a escada de cima. Ele ficou uma fera! E muito empurra-empurra e tal. Lá em cima, muita gente, criança, idoso, homens e mulheres dispostos a qualquer coisa... Algumas pessoas do Movimento foram atrás das negociações.

Aí, os policiais chamaram o bombeiro. Os caras estavam furiosos, meteram a picareta na porta e começaram a atirar bala de borracha em quem estava lá em cima... Até então, a gente via que era bala de borracha! Prenderam e bateram em gente lá embaixo... E nós lá em cima. Eles tentando subir e a gente com a mangueira de água neles. Aí, começaram a jogar bomba de gás, e a gente resistindo, resistindo, resistindo... Eu sei que quando foi umas 10h, eles conseguiram entrar no prédio, aí falei pro pessoal: “Sobe todo mundo pro terceiro andar!” Fui um dos últimos.

Os caras acertaram nas minhas costas uns cinco ou seis tiros de bala de borracha. Só que eu estava fazendo uma armadilha para eles. Foi quando vi que o cara deu um tiro que pegou na madeira e jogou um pedaço fora, falei: “Agora, o bicho é pra valer, mesmo! Agora ficou sério”. Aí, joguei aquela madeirona grossa em cima do policial, que se esborrachou escada abaixo... E subi, fui pra onde estava todo mundo.

Quando os policiais chegaram, estavam babando como cachorro doido! Doido pra morder! Só que a gente tinha combinado outro negócio... Da porta pra dentro, só nós... O local já estava cheio de água, os colchões estavam todos molhados... E a gente lá... E eles de arma, apontando e procurando: “Cadê o Gegê?” Tinha gente em cima das janelas, em pé, com as crianças no braço, quase dependuradas pra fora, pra não pegar gás lacrimogêneo.

Aí, sentei lá num canto onde eles não me viam e fiquei negociando pelo celular. Liguei pra um monte de gente, e nada de negociação. E fomos enrolando... Ficamos até umas 14 horas... Chegou uma hora que liguei para o Luiz Eduardo Greenhalgh, que me falou: “Eu vou conversar com o juiz, pois chegou no limite”. Aí, o juiz falou pra ele: “Vou ligar para o governador Covas”. O governador falou: “Não converso com invasor!” E o juiz respondeu: “Eu não vou autorizar a polícia a entrar”. “Eu estou sabendo que a polícia já entrou...” – “A polícia entrou, mas o pessoal está lá dentro e não vou autorizar a tirar”. E foi: tira, não tira, tira, não tira... O governador dava uma ordem pra polícia, o juiz dava outra para o oficial de justiça. ... Pelo governador, eles tinham tirado a gente às 15h.



E tinha uma comissão tentando falar com o governador, comissão negociando com a Secretaria de Habitação ou CDHU, tinha gente para tudo quanto era lado. E nós lá dentro... Uma equipe disposta ao que desse ou viesse. Todo mundo com pano molhado com urina ou com leite amarrado no rosto, que aí o cheiro da bomba de gás diminui muito... E, aí, 16h, Luiz Eduardo ligou pra mim: “Gegê, o governador está oferecendo uma área”. Foi alguém ver se a área era boa, estava razoável, poderia não ser o que queríamos mas o principal era o gostinho de impor uma derrota ao projeto neoliberal... Aí, o acordo final com o juiz foi: “Não sairmos hoje, a qualquer custo, como queria a polícia militar. A polícia desce e a gente vai fazer uma assembleia com todo mundo na rua, mas o prédio é nosso”. Eu sei que combinamos com o juiz que, quando fosse 16h55, a gente descia. E a polícia também. Ficou toda polícia de um lado, nas escadas, e a gente descia pelo outro. E o comandante de despejos lá embaixo. E aí, desci na frente, puxando a fila dos ocupantes, Raimundo Bonfim de um lado, uma menina de 1.90m do outro, a Dra. Michael, advogada do Movimento, na minha frente, um monte de gente por trás e as crianças pulando por cima de mim.

Quando a gente chegou lá embaixo, o capitão ou o major, não me lembro qual dos dois, com o dedo em riste, batendo no meu rosto. Ele tentou me parar com o dedo e eu fui. Aí, ele sentiu que não tinha jeito e falou: “Hoje eu não prendo você, mas na próxima vez que eu te encontrar na rua, de qualquer jeito eu te prendo, seu filho da mãe!” Quando as últimas pessoas desceram, ele tentando se apoderar do prédio, já pôs o pessoal em prontidão na porta. Aí, tocou o meu celular, era o Luiz: “Vocês vão fazer o quê?”. “Nós vamos fazer uma assembleia, mas antes vamos cantar o Hino Nacional, e eu quero fazer um pedido: pra você falar com o juiz pra ele falar para o capitão sair. Aí o juiz me falou: “Ele vai retirar”. Quando eu olhei, o capitão já estava com a polícia toda de prontidão. Polícia que não acabava mais... Aí, começamos a cantar o Hino Nacional... Obrigatoriamente, eles tinham que ficar em posição de sentido. Ficaram lá parados, e nós cantando... Quando terminamos, ele deu voz de comando: “Em frente!” E os policiais: tra, tra, tra, saíram andando... E o nosso pessoal: “Eh!”, “Ei”, “Filho da mãe...”, “Ih”. Nossa Senhora! Mas aquele cara saiu dali muito irado! Gente! Eu falei: “Esse cara, no dia que me pegar, vai me matar. Não tem jeito”.

E nós ficamos lá... Todo mundo entrou no prédio... Os caras da Eletropaulo tinham cortado a luz. Não tem problema, compramos vela. Ah, o acordo com o juiz também tinha outra coisa: no outro dia cedo, ne-

nhum policial na porta do prédio na hora de tirar o povo: “Nós entramos sem polícia, vamos sair sem polícia”. Passamos a noite lá.

No outro dia cedo, fomos para o Ipiranga. Os caminhões carregados... Quando chegamos no terreno, nos deu um desânimo danado... Um matagal que não acabava mais, e nós cortando mato para o pessoal poder entrar, quando o ônibus chegasse. Eu sei que foi uma dificuldade, mas o pessoal entrou... Aprovou o terreno no dia 28 de janeiro de 2000. Agora completam três anos que estamos lá. E o Mário Covas morreu e não fez coisa nenhuma! E agora eu tive uma notícia triste: a fábrica que tinha ali contaminou a área. Parece que tem problema de benzeno, coisas brabas. Então, as famílias que estão lá estão correndo sério risco de contaminação. A Prefeitura nem está querendo investir! Essa contaminação pode tanto diminuir como avançar. Então, não tem muita vantagem em investir. E aí, temos que ver o que vai acontecer.

Mas, o que eu posso dizer é que esse Movimento tem uma certa história...

– *E da fundação do Movimento para cá, quantas ocupações?*

Gegê – Houve muitas ocupações, que eram aquelas pequenas, de casas.

### **A ocupação dos prédios da Fepasa e na Baixada do Glicério**

*“O Governo escorregou e não cumpriu com o que foi prometido”*

Gegê – Nós fizemos uma ocupação dos prédios da CDHU, ali na Fepasa, Pari, Canindé... que a gente chama “Os prédios da Fepasa”, que foram construídos sem nenhum debate com os movimentos. E, aparentemente, tinha pintado uma negociação séria. Mas essa negociação não deu em nada! O governo escorregou e não cumpriu com o que foi prometido. Esses dois prédios da Fepasa, três Movimentos ocuparam, como forma de represália: a ULC, o MSTC [Movimento dos Sem-Teto do Centro] e o MMC. Foi no dia 20 de julho de 2001. Nós ocupamos na sexta-feira à noite, quando foi no sábado, 10h, a Tropa de Choque estava lá para tirar a gente. E o advogado e deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que é nosso santo protetor, estava numa reunião em Campinas, e falou: “Gegê, vai segurando aí que eu vou terminar a minha falação e saio daqui”. Isso era por volta das 10h30.

E tenta negociar, e vai para lá, e vem para cá, e não tem negociação, e não deixava mais entrar alimentação no prédio. Mais dez minutos, e

mais 15... E não tinha jeito. Apareceram uns caras da CDHU que também não negociavam, não faziam nada. E o major que estava comandando o despejo era um cara com mais ou menos dois metros de altura, devia ter um metro de largura. Tinha que ficar empinado pra poder olhar pra ele. E ele numa arrogância danada. Quando deu uma certa hora, ele falou: “Não vou mais esperar nada! A CDHU disse que não vai negociar, não tem mais nada para falar com vocês, então vou entrar agora!” A Tropa de Choque estava a uns 150 metros. Ele foi lá, pôs a Tropa de Choque em prontidão, eu liguei pro advogado Luiz, que falou: “Estou na Marginal”. Eu falei: “Você vai chegar na hora da pancadaria”. Todo mundo de prontidão... E a polícia vindo... Os cacetetes batendo nos escudos, tra, tra, tra... Isso dá uma vontade de estrangular os caras, bicho! Dá ódio mortal... E lá vem os caras... tra, tra...

Quando eles chegaram na esquina da rua Canindé, que eu olhei para o meu lado esquerdo, vi um carro entrando no meio: “Deve ser o Dr. Luiz”. Eles chegaram no meio da rua, o carro parou! O Luiz já desceu com a carteirinha na mão... Mas com a mão pra cima, pra ficar na altura do rosto do cara. E o cara ainda tinha que se abaixar... Eu sei que o deputado Luiz Eduardo parou a polícia... O Luiz ligou na casa do presidente da CDHU: “Vou com a comissão pra CDHU”. E uma comissão de seis pessoas foi pra lá. Eu fiquei no prédio com o povão. Eu sei que eles chegaram quase cinco da tarde, com um monte de proposta boa, bonita e negociável... Fizemos uma assembleia, o povo delirou, adorou. Negociação posta no papel, só que, como sempre, eles não cumpriram. Esse major me olha como o cão olha para a cruz...

– *O Estado não cumpriu o combinado? E vocês recorreram?*

Gegê – Não cumpriu com o que negociou... E nós tentamos todos os meios, os caras ficam enrolando: “Vamos fazer”, “Estamos fazendo”, e não fazem!

– *Então, pôr no papel, pra vocês...*

Gegê – Só é pôr no papel, e na hora... Tudo é a mesma coisa! Agora, no começo desse mandato, estamos pensando em solicitar uma audiência com o presidente da CDHU e pôr ele na parede: “A gente tem por escrito, foi combinado...”

– *A CDHU tem dinheiro em caixa?*

Gegê – Pois é! E sempre sobra uma fortuna. O problema é que não tem interesse político por parte do governo estadual. Essa é a verdade!

Quando foi primeiro de novembro de 2001, nós ocupamos o prédio do INSS, na Baixada do Glicério. Nós fizemos uma conversa com uma funcionária do INSS, que dizia: “O INSS vai atendê-los”. E não nos atendeu! Mas essa ocupação também foi muito bonita, porque o pessoal dos outros movimentos apoiou a gente. Quando eles chegaram, para ficar junto com a gente, a polícia ficou perdida. O pessoal caminhando pelas ruas sem dizer pra onde ia e a polícia tentando acompanhar... Quando a polícia descobriu, eles já tinham chegado no local da ocupação. Aí, a polícia não podia fazer mais nada! A gente ficou negociando: o INSS nos atenderia no começo do ano de 2002 para negociar e até hoje não teve nenhuma negociação. Não conseguimos avançar. Problema do governo federal, na gestão Fernando Henrique Cardoso, que nos oito anos de governo, soube muito bem nos enrolar...

Mas, eu posso dizer que nós, enquanto Movimento de Moradia do Centro, nessa nossa caminhada, já tivemos muitos momentos difíceis também. É, tivemos momentos difíceis...

### **Uma noite de ocupações na cidade de São Paulo**

*“A ordem é não deixar eles ocuparem!”*

Gegê – Decidimos fazer uma ocupação em 2002, quando teve aquele monte de ocupação numa noite. A partir das 17h, o prédio da rua do Ouvidor já estava sendo vigiado pela polícia e a partir das 19h, a polícia já estava cercando a rua Rodolfo Miranda, local onde a coordenação do MMC se reúne e nesta noite parte do nosso povo se concentraria. Quando deu 22h, fui lá. Eu contei, não pedi pra ninguém: tinha 12 camburões da Rota! Oito do Choque e 12 outros carros da Polícia Militar, só na Rodolfo Miranda! Enfileirados na porta do local, não entrava nem saía ninguém.

Aí, liguei para o Dr. Luiz Eduardo. Logo depois, eu vi o carro dele chegar. Aí, a polícia recuou, mas o major disse pra mim: “Você, Gegê, pensa que eu não sei... Tem gente concentrada em tal e tal lugar”. E disse todos os lugares que tinha concentração. “Eles vão ocupar, mas você não! Você não ocupa! Quando você sair, nós sairemos atrás!” E 23h, meia noite... Aí, ele vinha e dizia para mim o que estava ocorrendo: “Ocuparam em tal lugar. Acabaram de ocupar... Na Zona Sul, Zona Leste, Zona Oeste, no Centro... Mas você não vai ocupar...” E eu pensando...

Entrei onde estava o pessoal e disse: “Vamos fazer a polícia andar atrás de nós?” E a resposta foi uma só: “Vamos”. “Todo mundo sai daqui

em fila indiana”. Tinha umas 500 pessoas ali, estava lotado! Aí saiu um atrás do outro. E a polícia sem saber o que era. E sai carro do Choque para um lado, Rota para o outro, e corre pra lá, canta pneu pra cá e nós em fila indiana... Pra vocês terem uma ideia: o pessoal ainda estava saindo e já tinha gente na Tiradentes esquina com a João Teodoro. Fila indiana... Aí, fizemos duas filas em cima da calçada, pois ficava mais fácil dobrar pra qualquer lugar. E a polícia achando que a gente estava obedecendo a eles. Todos por cima das calçadas... Chegou uma certa hora, falei: “Me acompanhem pra cá!” Aí, entrei como se fosse no túnel do Tom Jobim e a polícia não entendeu nada! Quando a gente estava quase descendo... “Sobe para o outro lado”. E eles atrás... Na hora que a gente estava quase entrando no Túnel Anhangabaú, vira de novo para o outro lado... Polícia passando por cima de tudo com os carros. Por onde a gente passava, eles vinham atrás. Nós cruzamos a Avenida Senador Queirós e eles ficaram perdidos, porque ela tem aquele canteiro no meio. Aí, eles tiveram que pegar a contramão para poder acompanhar a gente. Aí, entramos no meio de uma pracinha, abrimos uma fila de um lado e uma fila do outro. E os carros vindo de frente. Aí, não tinha como os carros da polícia entrarem, eles abandonaram os carros e saíram correndo atrás da gente a pé. Fomos sair no prédio que o pessoal de outro movimento tinha ocupado perto do Teatro Municipal<sup>6</sup>. Lá chegando, ligamos pro pessoal na rua do Ouvidor, vieram umas 300 pessoas pra onde estávamos. Fizemos um monte de falação e a polícia lá, de prontidão. Saímos e fomos pra rua do Ouvidor.

Quando chegamos, o major estava na porta pra não deixar a gente entrar. O Choque estava todo parado na rua Riachuelo, esperando a ordem pra entrar em ação. Aí chegou um capitão, até legal: “Mas, Seu Gegê, o senhor criando problema uma hora dessa...”. “Não. Aqui é a nossa casa, capitão!” E tinha uma tenentinha: “Não é! Tem que prender esse cara!” Ele dizia: “Não é assim! Pra prender uma pessoa, tem que ter motivo”. Eu disse: “Capitão, seus subordinados não lhe atendem?” Deixava ela cada vez mais irritada! Porque subordinado significa que é pequeno.

Chegou uma hora que fizemos um acordo para provar que o prédio era nosso: “Está vendo essa chave? É da sala da coordenação. Lá tem bandeiras, computador...” Fomos lá, ele olhou, aí pisou nas ferramentas pra abrir portas e portões: o tesourão e um pé-de-cabra grandes, que não podíamos perder, pois são históricos, andando com a gente. Ele chiou: “O que é isso?”. “Ferro velho...” E bem rapidamente saí com ele dali. Aí, ele falou: “É, mas não me convence que aqui é de vocês”. “Quer ver? No 4º andar tem sala de aula, para o reforço e a alfabetização de adultos”. E

<sup>6</sup> Todas as localidades citadas situam-se na região central da cidade de São Paulo.

a tenente: “Tem nada, capitão!” Subimos, meti a chave, abri e acendi as luzes. Ele olhou: “É! Vocês são bem organizados!” E ela: “O senhor vai engolir que é deles?” Eu falei: “Você quer ir mais pra cima, no 7º, 10º, 13º andar, menina?” Não chamava de “tenente”, só de “menina”. Aí o capitão: “Deixa pra lá, já entendi. É de vocês, sim”. E ela: “Não é, capitão”. E o capitão: “Vamos descer! Mas vamos fazer um acordo: eu tiro a polícia daqui, mas o pessoal não vai vaiar nossos homens”. “Eu não vou vaiar, agora o povo, não sei...” Quando ele desceu e fez sinal pra polícia sair, o pessoal começou a vaiar. O Choque ouviu a gritaria e desceu correndo pra ver. Estavam todos de prontidão... Então, o major: “E aí, capitão?”. “Aqui é a casa deles. Tem que deixar eles entrarem”. Aí, o major foi embora, muito bravo! E um policial me disse que ele falou: “No dia que vocês descobrirem que o Gegê está ocupando, não precisa falar comigo. Vai lá e desce o cacete. A ordem é não deixar eles ocuparem, porque os outros movimentos não dão problema. O problema é o Gegê”.

## Políticas Públicas em Habitação

*“Não existem políticas públicas.  
Existem programas de governos”*

– Gegê, levando em conta suas experiências na luta por moradia, como você avalia que o poder público, tanto municipal, como estadual e a União, tem lido com a questão das políticas públicas em habitação?

Gegê – Pois é... A gente vive num país em que, na sua totalidade, não existem políticas públicas. Existem programas de governos. E tem uma grande diferença entre políticas públicas e programas. Nas políticas públicas, entra governo e sai governo, e as propostas se mantêm. Nos programas, cada governo vai lá e faz o seu.

E aí, a carência desse país é muito grande, porque nem sempre o que é público é política pública. Pra mim, pra ser política pública, tem que ter, de fato, a participação do povo, tem que ter, no dia a dia dessas políticas, o povo em primeiro lugar. E você ouve falar muito em público, mas é público porque é dos governos, é estatal, mas deixa de ser público no momento em que você procura ter a participação popular, porque não existe. Quando você pensa na montagem de um Conselho, por exemplo... Normalmente, os Conselhos são formados com gente do governo, dos movimentos sociais e populares e a sociedade civil não organizada, entre aspas. Pra mim, tem um buraco grande nessa questão. Hoje eu defendo que a formação de qualquer Conselho seja deliberativo e com 50% da

sua composição pelos movimentos organizados, 25% pela outra parte da sociedade civil e 25% pelo governo, porque, de qualquer forma, tem a necessidade da presença do governo. Mas, normalmente, o governo faz um Conselho paritário, uma forma que exclui a sociedade civil organizada. Então, já começa errado na montagem dos Conselhos. E quando eles dizem que tem a participação popular, é uma participação muito minúscula, que, muitas vezes, não consegue nem aparecer, quanto mais dar a tônica do que é a necessidade maior. (...)

Com relação ao poder público, ele, hoje, em si, está muito detonado, porque não tem como fazer uma política... pública com a ausência do povo. Em qualquer governo, por mais que se tente democratizar, vai sobrar a questão de não ter governabilidade, com o respeito do povo, que está sempre ausente. A estrutura para se governar é montada, o meu ver, de uma forma que exclui a possibilidade de interferência de fora. Quer dizer, se for um governo de direita, governa como quer, nas formas e nos métodos dele. Se for um governo de esquerda, entre aspas, do mesmo jeito. Ele puxa pro lado esquerdo... e vai governar ou fazer de conta que está governando!

*“A Caixa está investindo porque é um banco, tem lucro de volta”*

Gegê – A relação do poder público com os movimentos muda de governo para governo. O governo Maluf não tinha nenhuma diferença do governo Celso Pitta. Agora, o Pitta percebeu, logo no início, que pra ele terminar os quatro anos de mandato, precisava ter uma relação, entre aspas, com os movimentos populares, principalmente com os movimentos da região central. Aí, ele governou quatro anos. Se ele tivesse se fechado, como o Maluf, que a política era a mesma, ele não teria chegado ao segundo ano de mandato! Essa cidade virava um pandemônio, pegava fogo! E, possivelmente, o Governo iria viver pelo menos de dois a três anos de difíceis relações com os movimentos populares e a sociedade civil, porque ia ser briga direto! O que ele fez? Chamou os movimentos pra conversar e ficou quatro anos enrolando.

Conversa vai, conversa vem, sem a gente ver que nada avançava, mas a oportunidade do enfrentamento não surgia. Porque o tempo todo, não faltavam conversas; se você quisesse falar com o secretariado e até mesmo com o próprio prefeito, estava aberto! Não tinha problemas. Diferente do Maluf, nessa metodologia de governar. O Maluf se fechou e arrochou, “desceu o cacete” nos movimentos. O Pitta arrochou, mas deixou o veículo de diálogo. Eu participei de umas 50 reuniões com o Secretário

de Habitação, pessoalmente! Se a gente comparar, nesses dois anos de governo Marta, nós falamos muito menos com o secretário Paulo Teixeira do que nos dois primeiros anos de governo com o Secretário do Pitta. Era quase que a cada dez, quinze dias, uma reunião com ele, pessoalmente. E era o mesmo secretário do Maluf. A forma do Pitta governar foi quebrando a força dos movimentos assim: “A casa está aberta, venham a hora que quiserem”. E é verdade! Mas não quer dizer que teve resolução pra reforma urbana. É diferente...

– *É uma aparência de abertura...*

Gegê – É! É uma aparência de abertura. A relação torna-se assim: as pessoas chegam, aperto de mão, beijinhos, tapas nas costas... E isso quebra a possibilidade dos movimentos avançarem, porque muita gente acredita que conversa é negociação e nem sempre é assim. (...)

Eu avalio que, se a cidade de São Paulo, hoje, tem uma necessidade em torno de 150 a 180 mil unidades habitacionais só para a região central, parte dessa responsabilidade é do governo municipal, parte é do governo estadual e parte, do federal! Você não vê um investimento do governo federal nos municípios... O investimento é mínimo! Eles podem dizer: “A Caixa Econômica está investindo”. Mas a Caixa está investindo porque é um banco, tem lucro de volta! Tem que se pensar uma outra forma de fazer política pública, trazendo os verdadeiros sujeitos para o palco da participação!

*“No debate político, e não  
nos conchavos políticos”*

– *Quais são os principais programas habitacionais hoje no Município e no Estado?*

Gegê – Hoje, o município tem um programa na região central, o Morar Perto, com atuação em perímetros, por regiões grandes, não só no quarteirão. É importante que o governo atue nas especificidades, mas também no global! E esse governo aponta muito para o global!

Agora, os movimentos não entenderam... E esse é um problema sério. O movimento vai achando que o específico dele é a solução das 150 mil unidades habitacionais. E não é a solução! O dia que eu vou numa reunião na Secretaria Municipal é um dia de tristeza para mim, porque você vai numa reunião de três, quatro horas para ouvir as pessoas falando do “meu”. O “meu” é muito pequeno em relação ao “nosso”! Em relação ao compromisso para o qual o governo foi eleito. Ele foi eleito pra gover-



nar a cidade! Para o povo! E não para os partidos políticos ou os movimentos. Nós levamos as nossas demandas, e elas têm de se encaixar nas demandas globais. Nós não podemos transformar o específico no maior nem o maior no menor. Então, esse é um problema sério, não percebido pelos movimentos. Não estou dizendo, com isso, que nós não temos que fazer ocupação! Ao contrário! Governo forte com povo organizado, pronto para estar na rua! Você não terá nunca um governo forte se o povo estiver ausente dele. E isso pra mim é o ponto-chave. Agora, as pessoas pensam que quem organiza mil, mil e duzentas pessoas, é revolucionário! E aí..., você não consegue perceber os avanços.

O secretário municipal da Habitação defende a compra do Hotel São Paulo. Se isso acontecer, nós vamos viver uma guerra, porque o Hotel São Paulo é do município, e não do movimento A, B ou C. O Hotel São Paulo tem que se encaixar às demandas dos movimentos, mas também do governo! Se nós fôssemos capazes, organicamente, de assumir o papel de suprir o município, a gente organizava as 600 mil pessoas que moram em cortiço, os meninos e meninas de rua, os favelados de toda a cidade de São Paulo. A gente não consegue organizar 1% e aí quer que todas as janelas que abrem sejam dos movimentos, aliás, não é que seja “dos movimentos”... O município compra um prédio como esse Hotel São Paulo, que vai comportar mais ou menos 200 unidades habitacionais, e o pessoal dizendo “é meu”! Aí, é fogo! Porque o governo vai ter que ficar comprando prédios para os movimentos. E aí, quando terminar o mandato, a população organizada, que é uma titica de galinha, vai ser a única a ter oportunidade de ser atendida. E a população desorganizada? Não são cidadãos? Não moram na cidade? Não trabalham? Não pagam imposto?

Tem uma proposta, hoje, de se ter, até o final desse governo, um total de 800 unidades habitacionais construídas na região central. É um número baixo em relação à necessidade, mas nunca ninguém fez isso! São Paulo, como ela é montada estruturalmente, é uma cidade excludente, porque nunca ninguém ouviu dizer que, na história de 450 anos da cidade, se construiu habitação popular na região central. No Governo PT, com Erundina à frente, foram construídas 182 unidades na Celso Garcia e 45 na Madre de Deus. O Governo da Marta constrói mais que o triplo. Agora, pra alguns movimentos, não construiu, porque “não me deu o meu, eu queria que dessas 800, 200 unidades fossem minhas”. Aí, não pode ser... É o loteamento dos programas habitacionais, é o fim de um governo. As pessoas não percebem que o governo é maior do que o partido para o qual militam. Ele se elege pra governar o município, o estado, o país! Então, tem que fazer o meu? Tem! Mas principalmente pra todos e todas! Sem

loteamento! E hoje, você assiste isso claramente! A disputa pelo poder é muito grande!

– *Como é a relação entre os movimentos do centro, que têm uma luta em comum...*

Gegê – A luta existe, mas não é em comum, porque nós não sentamos pra discutir uma mesma ação, uma prioridade. Eu discuto a minha ação, tu discutes a tua, ela, a dela. E aí, quem for mais forte, leva! A prioridade é do mais forte. Quem mais tensiona é quem mais tem poder de chegar no governo! Então, essa é a política da mesquinha! Vocês podem dizer: “Vocês ocupam porque gostam? Fazem a luta porque gostam?” Não! É porque é uma forma de tensionar. Agora, muito mais tensionado seria se todos estivessem no mesmo barco. Não precisava todo mundo “rezar uma mesma cartilha”, não é isso... O que eu digo é que seria interessante que os movimentos da região central tivessem um fórum que debatesse as prioridades! E aí, quando chegasse no governo, independente de qual partido, o governo ia tocar as prioridades de acordo com o debate.

O Governo Municipal está propondo um fórum pra discutir a região central. Então, eu disse: “Nós, do MMC, não vamos entrar nesse fórum”. E tem que deixar claro porque: não é que nós não gostamos de fórum, mas porque sabemos que esse negócio não vai ser sério! O fórum vai se reunir, discutir a prioridade, mas vai ter sempre, nos paralelos, nos corredores, os tensionamentos. Eu sei que Paulinho deve ter ficado muito chateado por ouvir isso, mas é verdade! O fórum terá um papel a cumprir se houver ética! Se houver seriedade e respeito! O que nós discutirmos no fórum é o que vai ser tocado. Vamos quebrar o pau dentro do fórum, passou a minha proposta, passou! Mas no debate político, e não nos chavos políticos! Passou porque chegamos à clareza de que o meu é a prioridade. Não é eternamente o meu ser prioridade! Nada acontece na região central porque sempre “o meu” é prioridade! Eternamente “o meu”! Nunca “o nosso”, nunca “aquele” é prioridade! No momento que “não é meu”, deixou de ser prioridade! E essas são as dificuldades dos movimentos da região central caminharem. Se mesmo os movimentos filiados à União de Movimentos de Moradia têm dificuldade política de caminhar juntos, imagine os que não são filiados...

– *Aí, ficam duas lutas: de um lado, pela moradia, e de outro, entre os movimentos...*

Gegê – Eu acho que fica uma luta só, e enquanto isso acontecer, não teremos vitórias e sim pequenas conquistas! Porque no momento em que começa a luta interna pra que “o meu” se torne prioridade, a luta pela

moradia deixa de acontecer! O povo vira mero espectador da briga! Até resolver esse problema, terminou o governo. E aí, o povo fica ao léu, a ver navios. Mas, é importante ter esse fórum! Temos mais é que participar, estar presentes e tentar mudar a concepção das pessoas com relação à política habitacional.

– *E na União de Movimentos de Moradia, Gegê?*

Gegê – Dentro da União, esse problema é muito difícil de ser resolvido! A UMM é uma rede, né? Pois é... Na minha terra, rede tem dois sentidos: tem a rede de pescar e a rede pra dormir! E nesses dois sentidos, se você for usar o termo para a União, é ruim! Ela fica pescando as pessoas que estão desagregadas, pra virem para a União, sem terem claro qual é a proposta da União para a política habitacional, para a reforma urbana; enquanto isso, na outra visão de rede, as pessoas se deitam e ficam esperando que as coisas aconteçam... Eu preferia que a União fosse um fórum aglutinador dos movimentos de moradia e não uma rede!

Eu só acredito numa organização se ela é centralizadora. A partir do momento que você tem uma militância orgânica, centralizada, você tem um norte político. Se você tem uma militância solta, não tem norte político. Você faz a sua política, que é a política do “meu”. E, por mais que a gente tente, não consegue passar essa visão da construção maior na União.

*“Dinheiro público, eu estou sendo claro”*

Gegê – Para mim, tem um negócio: defender o mutirão pelo mutirão é uma coisa. Defender o mutirão enquanto experiência é outra<sup>7</sup>! Mas: “A casa sai barata se for feita em mutirão”. Aparentemente, sim, a prestação sai barata, mas e as horas de trabalho que ficaram lá dentro? Então, eu defendo outro método: a autogestão com dinheiro público. Você vai construir as mesmas unidades habitacionais, na mesma qualidade, mas com outro ganho: que se use parcela daquele dinheiro para formação política e

<sup>7</sup> No contexto urbano, mutirão habitacional se define como “alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e organização da comunidade – os chamados mutirantes – para a construção de suas próprias moradias” (ABIKO, A. *Curso de Formação em Mutirão*, São Paulo: EPUSP, Depto. de Engenharia e Construção Civil). Em São Paulo, o mutirão surge na década de 1970, como um novo recurso na construção de moradias para a população de baixa renda, que deveria, ela própria, servir de mão de obra gratuita para os programas públicos, tendo como contrapartida subsídios para a execução de infraestrutura. Para discussão detalhada do mutirão habitacional urbano, ver ANTUNES, M. C. A. *A produção Habitacional Solidária: o processo participativo na organização do espaço urbano e na produção da moradia através de procedimentos autogestionários*. São Paulo, 2002.

ideológica. Dinheiro público, estou sendo claro, não é dinheiro de vaquinha do povo ou de festinha: “Vamos fazer uma festa”. Aí, o povo chega, quanto mais tem dinheiro, mais está na festa. E quem não tem nada, está fora! Espera aí! Eu defendo festa assim: comida e bebida de graça. Fazer festa nos mutirões e nas obras para arrecadar dinheiro, para mim não é festa, é balela, exploração de quem já é explorado! E precisa mudar isso na União. Aliás, já deveria ter mudado há muito tempo! Por mim, deveria ter aprofundado um debate: mutirão por autogestão, porque o aprendizado das famílias é zero! Elas não veem a hora de terminar o mutirão, aí se trancam nas casas, você bate na porta, elas olham pelo olho mágico: “Esse chato! No mínimo, vem convidar para não sei o que. Não vou abrir”!

*– É mais um consórcio barato de casas do que uma experiência de coletividade e cooperação...*

Gegê – Exatamente! Eu acho que nós tivemos todas as oportunidades de fazer experiências excelentes! Mas com lógica! Formar as famílias, não só o chefe, e sim a família toda, até a criança. Pra no dia que pegarem a chave, saberem qual foi o caminho trilhado pra chegar aqui, saberem quanto vale isso! Aí, o cara termina o mutirão, a família se prende ali dentro, você perde o poder de ouvir o eco dessa família e da porta para dentro, às vezes, é mulher cheia de porrada, de hematoma, criança chutada, o cara usando droga, cachaça...

E aí, a formação política e ideológica de assessoria. Por que quem mora nos andares mais baixos não vai descer de elevador? Porque vai encarecer! Então: “Eu vou descer a pé e pagar, no final do mês, menos condomínio pra todos e todas”. Faz essa formação! Isso, pra mim, é um mutirão: pega as famílias, uma ou duas vezes por semana, e leva pra fazer uma formação. É um mutirão de formação! Com o dinheiro público! Qual é o impedimento? Você pegou o dinheiro, administrou a obra e fez com que sobrasse parcela, e, paralelamente ao andamento da obra, você vai formando as famílias. Não são todos os movimentos que têm essa preocupação de fato com a formação. “Eu quero volume”, não interessa de que forma, “eu quero ter mais gente do que você”! Daí, você entrega um empreendimento, as pessoas se trancam nas suas casas e adeus! Nós temos um monte de exemplos assim, porque faltou formação político-ideológica. Mas alguns têm a ilusão de que formação político-ideológica é montar uma célula, organicamente, um partido de quadros... Eu defendo essa formação porque, a partir do momento que você adentra a sua moradia, você vai zelar por ela, preservar, porque sabe que ela valeu x reais, mas também o sacrifício da minha família e de outras que estão caminhando junto comigo.

*“A disputa da luta de classes você faz com ação política, e não com verbo político”*

Gegê – Outra coisa que para mim está claro: fazer ato, hoje, não resolve mais! E não é só porque as pessoas não têm coragem de bater forte no governo. É porque os governos já perceberam a fragilidade do movimento. O governo já sabe o limite.

É tanto que no dia que era para ter sido a ocupação da CDHU, a sua direção disse que eu não entrava pra negociação. E eu entrei! E falei: “O pessoal decide se eu devo entrar”. E aí “fechou o pau”! Polícia jogou gás apimentado nos olhos do nosso povo, polícia levou varada de bambu. Os guardas contratados pela CDHU levaram porrada! Chegou uma hora que a gente ia derrubar e eles pediram: “Não derruba que a gente vai abrir pra entrar o Gegê!” Aí, abriram e eu entrei. Quer dizer, é uma forma de fazer a luta de classes! A disputa da luta de classes você faz com ação política, não com verbo político! Porque o verbo político em alguns momentos serve. Mas na hora do enfrentamento, ele desaparece. Se deu enfrentamento, acabou-se! A ação política é que norteia a partir daquele momento.

*“No mínimo, tem que ter produtividade de 100%. Senão, ocupar!”*

– *Como é a distinção que vocês fazem entre ocupação e invasão?*

Gegê – Toda vida que eu falo dessa questão, eu tenho medo de ofender as pessoas. Porque eu avalio que os portugueses, holandeses, espanhóis, franceses, ingleses é que vieram aqui e invadiram o Brasil! Eles não são povos natos daqui! Então, esses invadiram, são invasores! Os nativos, os índios foram dizimados por aqueles que aqui vieram com a orientação clara de roubar as nossas riquezas existentes!

Se eu chego na sua casa com mais cinco, seis pessoas, cada uma com um colchão nas costas, e entro, eu estou invadindo sua casa! Essa é a invasão! Porque você está usando, tem um uso, um fim social que aquela casa está cumprindo! Agora, uma casa que está há anos sem cumprir com o fim social para o qual ela foi construída, por mais que esteja pagando IPTU, água, luz, tem que ser ocupada! Está aí a diferença! A casa que a pessoa mora foi invadida! Mas a casa vazia foi ocupada! Se a ação for a mesma, tem essa diferença! Então, nós não invadimos nada!!! A imprensa tenta escamotear essa discussão. O poder público diz que é “linguajar”... Mas não é “linguajar”, tem essa diferença clara!!! Essa história de dizer que somos invasores é uma maneira de queimar a imagem das pessoas

da forma que for mais conveniente! Isso é deterioração da imagem das pessoas. (...) Então, tem que ficar muito claro que o povo brasileiro não invade terra, nem prédio! Ocupa!

Tem outra discussão que começa a se aprofundar hoje dentro do MST: é terra produtiva ou improdutivo? O que é produtiva? O que é improdutivo? Produtivo é porque a terra é boa e produz? Ou ela é improdutivo, então desapropria indenizando com muito dinheiro pra reforma agrária ou deixa o MST ocupar? Então, não vale a pena ocupar. Eu vou ocupar lajeiro, cascalho? Pra quê? Pra ficar tendo desgaste pra prosperar? Não! É diferente! Terra produtiva é aquela que está produzindo no seu dia a dia. Está produzindo leite? É necessário! Está produzindo cana-de-açúcar pra açúcar e álcool? É necessário... Mas 70 mil hectares com mil vacas? É necessário? Não! Uma parte dela é produtiva, mas a maior parte é improdutivo. Então, tem que ser ocupada! Produtivo, pra mim, é isso! Não basta você pegar 60 mil hectares de terra, encher de cana-de-açúcar e deixar lá! Você não corta a cana pra ir para os engenhos, pra fazer açúcar, álcool, deixa lá até secar... Aí, você põe fogo na cana, planta de novo e deixa! Isso não é produtivo! Aí, tem que ser ocupado! É uma maquiagem! E está cheio disso! Muita gente confunde, acha que produtividade é porque está cheio de capim para os animais, cana-de-açúcar e gado. Isso não explica o que é produtividade. No mínimo, tem que ter produtividade de 100%. Se não, ocupar!

## **A organização do MMC**

*“Pelo sim ou pelo não, é o que a assembleia determinou”*

– *Como é para entrar no Movimento?*

Gegê – Você se cadastra, participa das assembleias. Cada segundo domingo do mês, tem assembleia, que junta pelo menos um representante de cada família. Tem uma coordenação formada por 17 pessoas, tanto homens quanto mulheres. O critério é a participação. Quanto mais participa, mais está próximo do seu objetivo, e garante a sua vaga. Quanto menos participação, mais distante! E não temos cortes. Participam todas e todos que aqui vierem, desde que acompanhem a vida do Movimento! Tem que participar das assembleias, faltou a uma, é chamada a atenção. Faltou a duas, é considerado cortado do Movimento!

Uma questão que mudou muito, nos últimos anos, é a qualidade das pessoas que participam. Porque antes a gente trabalhava com um bloco paupérrimo, miserável mesmo. E hoje já existe classe média participando do Movimento. Tem pessoas no Movimento que ganham em torno de 1800 reais por mês! Nós temos advogados, professores participando interessados nas unidades habitacionais. As assembleias sempre são abertas! A família se faz representar por uma pessoa, agora se achar que é importante ir a família inteira, vai.

Uma outra coisa que está colocada na nossa estrutura é uma contribuição econômica pequena, mas obrigatória! Mensalmente, cada família contribui com o valor de três passagens de ônibus. Pra alguns é pagamento, pra outros é esmola! Mas é um critério pra que todas as pessoas estejam contempladas, não estejam, assim: “Eu pago mais”, “Eu pago menos”. Poderia se criar outro critério, que eu acredito que é melhor: o percentual, x% do que cada um ganha, que aí, você realmente contribui por igual. Mas, infelizmente, é muito difícil trabalhar essa proposta entre nós. Esse método de percentagem é da época que a esquerda brasileira vivia na clandestinidade, no momento em que a esquerda brasileira ainda acreditava que era possível fazer uma revolução política e cultural, uma revolução socialista.

– *Como é a organização nas ocupações?*

Gegê – Bom, nas ocupações, depende da necessidade. Se a gente percebe que não está sendo necessário fazer assembleia, não faz. Mas, percebeu que tem a necessidade, vai lá e convoca. Numa semana pode ter mais de uma assembleia! Na rua do Ouvidor já aconteceu de ter três assembleias numa semana. E até aconteceu assembleia todo dia em algumas ocupações! Porque a assembleia não é só pra tratar dos problemas... E por mais que seja, ela não deixa de ser parte da formação. Porque pra muita gente, a formação é só fazer um curso. Aí, senta todo mundo num salão e fica alguém lá na frente dando uma de professor. Não, pra nós só isso não é formação. É preciso que você tenha essa formação metódica, mas é preciso também que tenha a formação do dia a dia das pessoas.

Quando nós ocupamos a rua do Ouvidor, tinha, no mínimo, duas assembleias por semana. Durante o dia, a gente chamava o pessoal que estava por lá, conversava com todo mundo em assembleias menores. Mas

nos finais de semana, a gente fazia assembleia também. E teve até o momento da gente fazer assembleia sábado e domingo.

Quando a gente teve os primeiros problemas com álcool, arma, violência, droga, e decidimos que era pra excluir do prédio, a gente dizia no sábado, no domingo tinha gente embriagada dentro do prédio. E era preciso dizer pra pessoa: “Você vai curtir sua cachaça na rua”. Aí, a família do encachaçado virava contra a coordenação. Então, chamamos assembleia: se a assembleia disser “Deixa entrar...”, é decisão da assembleia. A assembleia aprova, pelo sim ou pelo não, é o que a assembleia determinar. E aí, muitas vezes, a assembleia decidia: “Ele estava na assembleia ontem à noite, ouvindo tudo, participando, votou que não era para tomar cachaça e vir pra dentro do prédio. Bebeu na rua e veio”. Teve gente que disse: “É bom olhar no quarto dele se não tem bebida alcoólica. Porque se tiver, é pra expulsar definitivamente”. Já aconteceu isso algumas vezes. O cara está bebendo dentro da ocupação. Aí, era expulsão! O restante da família quer ficar na ocupação, não quer ficar, é decisão dela! Isso aconteceu muitas vezes...

*– Esse problema do álcool é frequente, não é?*

Gegê - É!! Todo dia nós temos problemas de álcool na portaria do prédio. Você chega às 18h, tem uns sentados ali, outros estão valentes, querendo chutar a porta. Mas: “Quando você veio morar aqui, foi dito que a regra do jogo é essa! Droga, cachaça, seja lá qual for o tipo de arma, homem que gosta de bater na mulher, tem que deixar esses defeitos na rua! Porque, da porta pra dentro, ninguém vai bater em você, mas com certeza você vai pra rua!”

Até saem algumas matérias da imprensa dizendo que a gente governa isso aqui com mãos de ferro! A gente não governa com mão de ferro! A gente governa de acordo com as decisões das assembleias. Não é um autoritarismo, que a coordenação decide fazer alguma coisa, chega e: “A partir de hoje, a coisa é assim”. Não é isso! Então, tem essa estrutura no Movimento, que é a democracia operária. Os movimentos organizados devem primar pelo que a maioria definiu e não o que meia dúzia pretende fazer. Agora, se eu achar que a minoria está certa, vou defender, mesmo que venha a perder!

Algumas vezes, nós temos problemas na coordenação, embates feios! Quer ver uma? A contribuição do dinheiro. A assembleia da ocupa-



ção aprovou que ia pôr o nome dos devedores na portaria. Não fui eu que defendi isso! Foram pessoas que contribuem mensalmente: “No dia que forem para as suas casas, não vão ter dinheiro pra pagar a prestação. Então, tem que mandar pra rua agora, porque se não nunca vão querer sair das ocupações pra ir morar num projeto”. Então, a forma de intermediar foi publicar o nome dos devedores! É decisão da assembleia... Teve coordenador que fez um escarcéu, iam rasgar o papel! “Não rasguem, pelo amor de qualquer coisa... Porque foi decisão de assembleia”. Uma coordenadora veio na assembleia e ouviu tanto: “Você não sabe quanto custa, eu tiro dinheiro do leite do meu filho e vejo gente que não dá um centavo enchendo a cara de cachaça, dormindo à noite na frente do prédio! Tem dinheiro pra comprar cigarro, mas não tem pra dar pra casa!” Votação: 100% favorável a permanecer o nome lá embaixo! E eu não defendi nem a favor e nem contra! Quando as coisas vêm para cá dessa forma, me abstenho. Então, essa questão da democracia, eu cumpro até as últimas consequências!

– *Como são os projetos que existem no MMC, como o MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos), os projetos com crianças e adolescentes?*

Gegê – A preocupação com a formação política e ideológica sempre esteve presente nesse Movimento. Agora, a gente tinha dificuldades de começar a implementar projetos, o que não quer dizer que já implementou totalmente.

A gente começou a observar as escolas do MST, para as crianças e jovens do campo, que são uma forma de tirar a criança da ociosidade e de não estar pegando as crianças e levando para a roça. E o ser humano ocioso é perigoso! Ele se torna apático, violento, contra o projeto, e dali a pouco ele está começando a criar outros tipos de problema. Então, você tem que criar uma forma de tirar essa criança da ociosidade. E não é pondo ela pra trabalhar na rua, de flanelinha, nos faróis, que resolve! É o contrário! Isso aí é o lado que você vai marginalizá-la! Então, tanto no campo como na cidade, é criar formas de essas crianças ocuparem esse espaço ocioso.

Foi difícil ter esse entendimento entre a gente, porque para algumas pessoas, as crianças já assistiam aula de manhã ou à tarde... Se não era muito puxado! Fizemos assembleias, debatemos e aí chegou uma hora que a ideia estava amadurecida: “Vai ter aula de reforço?” Na coordenação, estava claro que era pra ter. Fomos pra assembleia, passou a

proposta, muito bem vinda, pelos pais, mães e jovens. E aí, conseguimos uma verba! Uma jovem militante do Movimento dava aula de reforço de manhã e à tarde.

Por outro lado, a gente começou a perceber que os pais, em sua totalidade, estavam querendo transformar a sala de reforço em escola definitiva. A criança que estudava de manhã, dormia até mais tarde e à tarde ia pra nossa escolinha. “Não! Só vai pra nossa escolinha quem estuda de manhã ou à tarde. Porque senão, vai virar sabe o quê? Criança que não tem o que fazer vai pra lá!” Nós temos essa sala há dois anos. Crianças que não liam, não escreviam, pessoas que mal assinavam o nome, hoje leem e escrevem. Houve um desenvolvimento muito grande nessas crianças! Participação delas nas assembleias, atos, enfim, em tudo elas se fazem presentes...

*– As crianças participam das assembleias?*

Gegê – Elas vão pra assembleia e fica alguém cuidando delas! E elas sempre querem apresentar alguma coisa nas assembleias. Isso é coisa delas... Foi também quando elas começaram a perceber: tem encontro dos adultos, dos jovens, por que não tem das crianças? E perturbaram horrores, até que a gente fez um encontro com as crianças de sete a doze anos. Fomos buscar, conseguimos uma verba, fizemos o encontro, o Primeiro Encontro de Crianças do MMC. Foi no meio de 2001!

Em 2002, nós fizemos o Encontro dos Jovens do MMC, que eu avalio que foi muito bom, porque a gente já disse: “Vai ter hora de brincar, mas vai ter hora de trabalhar. Nós vamos debater algumas coisas que avaliamos que são sérias, como a questão da Alca, de Alcântara, dos Estados Unidos invadindo o Afeganistão, vão ter esses debates!” Foram 89 adolescentes, jovens, e fizemos um encontro fora. Eu não tive condição de acompanhar muito de perto o encontro, porque fiquei na retaguarda: buscar gente, levar gente... Mas a avaliação de todas as pessoas que acompanharam é que foi muito bom! A participação deles se deu de uma forma muito boa!

Nessa forma estrutural, de formação política e ideológica, nós avaliávamos que a escola, o saber, o conhecer, são um direito desde a criança até o adulto! Por isso, o MOVA. Nós estamos tendo dificuldade, ainda, com muita resistência de algumas pessoas, porque: “Meu atraso na escola prova que sou burro...” Tem sido muito mais difícil trabalhar com essa turma do que com a criançada, jovens e adolescentes. É outro tipo de trabalho.

Nessa questão do estudo, os jovens que não aprenderam, hoje dão trabalho. Não querem ir pra escola. O MOVA é um projeto que não é nosso, é do município, vem da pedagogia de Paulo Freire. Nós não somos obrigados a ter, mas avaliamos que devemos. E hoje, tem essas dificuldades... Algumas pessoas não querem estudar. Mas, está no nosso projeto de formação político-ideológica o saber, o conhecer, o ler...

– *Como é a relação de vocês com a vizinhança? Vocês sofrem preconceito?*

Gegê – Vizinho é sempre um problema... Tem o vizinho ruim, tem o vizinho bom, mas não deixa de ser vizinho...

Quando viemos pra rua do Ouvidor, essa ocupação foi a que mais ficou na imprensa. Um mês e meio depois, ela ainda estava no ar! Nós tiramos toneladas de sujeira dali de dentro! Toneladas!!! Saía lixo, lixo, lixo... Pelo menos cinco caminhões de lixo, para o prédio ficar como está hoje. E sem criar problema, porque, normalmente, quem tira lixo, joga de qualquer jeito. Mas nós ensacamos o lixo, pusemos dentro de caixas, fizemos uma montoeira de lixo fora do prédio que cobria toda a ruazinha lateral. Um metro e meio de altura de lixo! Ligamos pra Prefeitura, que não queria mandar o carro para levar o lixo embora. Aí, falamos: “Então, nós vamos deixar a sujeira no meio da rua! Nós estamos protegendo dos cachorros e pra ninguém mexer. Se vocês não vierem, nós vamos deixar aí pra descer rua abaixo!” Veio um fiscal da Prefeitura, olhou e no domingo já começaram a tirar! Isso, pra nós, foi um ponto...

Apareceram uns maconheiros querendo se infiltrar e nós: “Vocês podem continuar fumando a maconha de vocês lá na rua! Agora, dentro do prédio não! De jeito nenhum!” As poucas famílias aqui, e o comércio: “Opa! Olha aí! Esse povo parece que não é bem o que estávamos imaginando”. A rua do Ouvidor, antes, era cheia de ladrão! Os camelôs, virava e mexia, eram assaltados! Assalto de esfaqueamento e outras coisas mais... Uma semana depois que a gente estava aqui, limpou a área dessas coisas.

Dezembro, janeiro, fevereiro, o despejo era para ser dia 26 de Abril, a vizinhança ficou sabendo e disse: “Vamos fazer um abaixo-assinado pra não mandarem vocês embora!” Eles perceberam que, com a nossa presença, a região ficou mais tranquila.

Agora, inicialmente, toda ocupação tem um problema com a vizinhança, porque eles não sabem quem somos. A imprensa, a mídia bra-

sileira tem um compromisso muito grande que é deturpar a imagem do ocupante: “é invasor, baderneiro”... Nos primeiros dias foi difícil... Hoje, temos uma relação de igual para igual! Não tem essa de inferioridade! Somos iguais! Somos cidadãos, cumprimos com nossos deveres, queremos ter nossos direitos respeitados!

Entrevistadoras: Lygia de Sousa Viégas

Juliana Breschigliari